



CRESCER BRASIL

FNE conclama à luta para evitar recessão



Beatriz Arruda

Em seminário realizado em São Paulo, nos dias 12 e 13 de março, a federação defendeu que se empreendam esforços para retomar o crescimento econômico. Colocando em pauta as crises hídrica e energética, a atividade apontou necessidade de planejamento e investimentos.

Página 5

CNTU

Diretoria da confederação toma posse no Memorial JK

Página 3

Tocantins

Sindicato realiza debate sobre tecnologia e sustentabilidade

Página 4

Um momento crucial

Nesta edição, **Engenheiro** traz em matéria de capa uma fundamental discussão colocada em pauta pela FNE: a necessidade de encontrar meios de se evitar a recessão no Brasil, o que traria como resultado imediato o aumento do desemprego e a deterioração das condições de vida da população. Em seminário realizado em São Paulo, nos dias 12 e 13 de março, que abordou as crises hídrica e energética, a federação apontou ser preciso investir com planejamento, evitando-se medidas que refreiem a produção. O tema também esteve presente no V Simpósio de Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável realizado pelo Seageto, na cidade de Palmas, nos dias 25 e 26 de março. Ambas as atividades foram realizadas no âmbito do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” e reforçam os seus princípios.

Ainda na pauta, a solenidade de posse da diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) para a gestão 2015-2018, que aconteceu em 10 de março, no Memorial JK. A diretoria que assumiu o novo mandato renovou os compromissos da entidade com as categorias representadas e o País. O escritor Vito Giannotti, em entrevista, fala sobre a importância da imprensa sindical. Em C&T, o esforço nacional para escapar à vigilância na internet. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

Bandeira prioritária dos engenheiros, o crescimento precisa ser retomado

Segue a luta pelo desenvolvimento

Murilo Celso de Campos Pinheiro

DESDE 2006, com o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, os engenheiros brasileiros vêm dedicando grandes esforços à formulação de um programa consistente que conduza à expansão da economia brasileira, de modo contínuo e sustentável, aliado à melhoria das condições de vida de todos os nossos cidadãos.

Uma premissa decisiva da iniciativa é que o País precisa, pode e deve crescer a taxas anuais significativas. Nossa preocupação constante é buscar soluções factíveis para contornar os percalços da aceleração da produção e do consumo e temos sempre insistido que as ferramentas da engenharia podem contribuir muito para isso.

Foi com esse sentido que a FNE realizou nos dias 12 e 13 de março, o seminário “Água e energia – Enfrentar a crise e buscar o desenvolvimento” (leia reportagem na página 5).

Vivemos um momento de sérias preocupações. A expansão do consumo de massas não se dá mais no mesmo ritmo de antes. Surgem desequilíbrios sérios nas finanças públicas. A demanda interna por bens é cada vez menos suprida por oferta de produção nacional, gerando crescentes déficits da balança comercial e de pagamentos. As taxas de juros, já exageradas e crescentes, inibem o consumo e penalizam os investimentos produtivos. O descompasso cambial, associado a uma estrutura tributária excessivamente complexa e regressiva, é fator que induz a uma desindustrialização precoce e perigosa. A criação de novos empregos e o aumento do valor real dos salários começam a ser ameaçados.

Para enfrentar tais problemas, cristalizam-se, em linhas muito gerais, duas correntes. De um lado, sob forte influência dos interesses financeiros e das concepções rentistas, há os que pregam a “austeridade”, um choque recessivo que, pela redução de salários,

pelo aumento das taxas de desemprego, pela severa restrição aos investimentos públicos e pela interrupção de medidas de política industrial afirmativa, viria a “colocar a economia brasileira no ritmo que lhe é possível”. Provoca-se, em nome de um hipotético futuro reequilibrado, uma “morte social súbita”, trazendo de volta fenômenos como os do desemprego em massa, dos salários aviltantes e da acelerada ampliação dos desníveis econômicos entre os cidadãos, cenário que vinha sendo superado por

A superação das dificuldades e contradições deve se dar através da contínua expansão do consumo, da produção e do investimento, inclusive estatal naqueles setores que assim o exigem.

décadas em todos os países que adotavam uma relação equilibrada e profícua entre as condicionantes de mercado e as demandas da população.

Outro caminho, ao qual se filia a FNE, é o da superação das dificuldades e contradições da trilha do desenvolvimento através da contínua expansão do consumo, da produção e do investimento, inclusive estatal naqueles setores que assim o exigem. Para nós, a solução para os problemas do crescimento é mais crescimento, e a chave para que isso se dê de modo virtuoso é um conceito muito caro aos engenheiros: nosso desafio é o da produtividade. Para sintetizar em um mote, “menos finanças, mais engenharia”.

Murilo Celso de Campos Pinheiro
é presidente da FNE

Leia versão original e completa deste artigo no link <http://goo.gl/6Wt87x>

MARINGONI



ENGENHEIRO – Publicação mensal da Federação Nacional dos Engenheiros

Diretor responsável: Murilo Celso de Campos Pinheiro. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, Carlos Bastos Abraham, Antonio Florentino de Souza Filho, Luiz Benedito de Lima Neto, Manuel José Menezes Vieira, Disneys Pinto da Silva, Maria de Fátima Ribeiro Cú, Thereza Neumann Santos de Freitas, Flávio José A. de Oliveira Brizida, Maria Odineá Melo Santos Ribeiro, Modesto Ferreira dos Santos Filho, Gerson Tertuliano, Clarice Maria de Aquino Soraggi, José Luiz Bortoli Azambuja, Sebastião Aguiar da Fonseca Dias, Wissler Botelho Barroso, José Ailton Ferreira Pacheco, Augusto César de Freitas Barros, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo, José Luiz dos Santos, Edson Kiyoshi Shimabukuro, José Carlos Ferreira Rauen, Lincoln Silva Américo, João Alberto Rodrigues Aragão, Marcos Luciano Camoelas, Gracindo Marques. **Editora:** Rita Casaro. **Revisora:** Soraya Misleh. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Sede:** SDS Edifício Eldorado, salas 106/109 – CEP 70392-901 – Brasília – DF – **Telefone:** (61) 3225-2288. **E-mail:** imprensa@fne.org.br. **Site:** www.fne.org.br. **Tiragem:** 10.000. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** abril de 2015. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da FNE.



Diretoria é empossada em cerimônia e reafirma bandeiras em defesa dos profissionais e do País

CNTU renova compromissos de luta

Rita Casaro

O Memorial JK, em Brasília, abrigou na noite de 10 de março a solenidade de posse da diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) para a gestão 2015-2018, eleita em assembleia realizada em 13 de novembro de 2014. Reunindo profissionais de todo o País, a atividade apontou o rumo da entidade para



Reconduzido à presidência da entidade, Murilo Pinheiro (ao púlpito), destacou papel da CNTU em prol da sociedade brasileira.

Gestão 2015-2018

Diretoria efetiva

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Gilda Almeida de Souza

Diretor administrativo

José Ferreira Campos Sobrinho

Diretor de Finanças

Geraldo Ferreira Filho

Diretor adjunto de Finanças

Ernane Silveira Rosas

Diretor de Relações Sindicais

Odilon Guedes Pinto Junior

Diretor de Articulação Nacional

Allen Habert

Suplentes

Maria Maruza Carlesso

Wellington Moreira Mello

Jorge Sale Darze

José Ailton Ferreira Pacheco

Waldir Pereira Gomes

José Carlos Ferreira Raven

Mario Antonio Ferrari

Conselho Fiscal

Titulares

José Carrijo Brom

Eglif de Negreiros Filho

Sebastião Aguiar da Fonseca Dias

Suplentes

Francisco Jusciner de Araújo Silva

Zaida Maria de A. Melo Diniz

José Maria Arruda Pontes

o próximo quadriênio: luta e trabalho na representação dos 2 milhões que compõem as categorias ligadas a ela – economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas.

Em seu discurso, Murilo Celso de Campos Pinheiro, reconduzido ao cargo de presidente, asseverou: “Nós todos temos orgulho de fazer parte da CNTU, reconhecida pelo trabalho que faz em todo o Brasil.”

Ele lembrou duas batalhas encampadas pela confederação recentemente por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Uma delas contra o artigo 142 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, que permite a entrada de capital estrangeiro no setor da saúde. A outra relativa à Medida Provisória 664, que restringe o acesso a benefícios como a pensão por morte, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. “Estamos participando das questões da sociedade com propostas factíveis, cumprindo nosso dever de discutir as questões de frente, mas não apenas criticando”, completou.

Pinheiro também aproveitou a proximidade do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para ressaltar a relevância da luta pela igualdade de gênero, outra bandeira da CNTU, que se materializa

nas iniciativas do Departamento de Mulheres. “Já avançamos muito nesse campo, mas falta muito mais”, afirmou.

Por fim, apontou a direção em que a entidade deve seguir: “Não podemos discutir a recessão no Brasil, é preciso que falemos em crescimento. A nossa confederação estará presente, ajudando na construção de um país mais justo com oportunidades para todos neste momento difícil.”

A cerimônia contou com a participação dos presidentes da Central de Sindicatos

Brasileiros (CSB), Antonio Neto, do Conselho Federal de Economia, Paulo Dantas, e do Sindicato dos Economistas de São Paulo (SindeconSP), Pedro Afonso Gomes. Também prestigiaram o evento os dirigentes das federações dos Farmacêuticos (Fenafar), Ronald Ferreira dos Santos, dos Odontologistas (FIO), José Ferreira Campos Sobrinho, dos Nutricionistas (FEBran), Ernane Silveira Rosas, dos Médicos (Fenam), Geraldo Ferreira Filho, e dos Engenheiros (FNE), Carlos Bastos Abraham.

Atuação mais abrangente

Durante a cerimônia, o presidente da CNTU, Murilo Celso de Campos Pinheiro, anunciou também o início das atividades dos 15 novos departamentos de trabalho da entidade que passam a funcionar como organismos de apoio à confederação em suas respectivas áreas. Cada um deles tem um coordenador, indicado pela diretoria, com mandato de dois anos. São eles:

Departamento	Coordenador (a)
Alimentação	Ernane Silveira Rosas
Amazônia e meio ambiente	Fátima Cristina Palmieri
Bioética e direitos humanos	Luciano Elói
Brasil 2022	Allen Habert
Cidades e mobilidade	Claudio Costa Manso
Ciência, tecnologia e inovação	Marcelo Zuffo
Conjuntura econômica	Waldir Pereira Gomes
Cooperativismo	João Carlos G. Bibbo
Educação continuada	Fernando Palmezan Neto
Formação sindical	José Carrijo Brom
Jovem profissional	Marcellie Dessimoni
Mulheres	Gilda Almeida de Souza
Qualidade na saúde pública	Marta Maite Sevillano
Relações internacionais	Wellington Moreira Mello
Valorização profissional	Tadeu Ubirajara

Evento realizado em Palmas aponta necessidade de unidade em prol da engenharia e do País

Desenvolvimento em pauta no Tocantins

Rita Casaro

O auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na cidade Palmas, ficou repleto para abrigar, na noite de 25 de março, um evento triplamente importante aos profissionais da área tecnológica. O primeiro deles foi a cerimônia de posse de Marcelo Maia, e da sua diretoria, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins (Crea-TO) para o período 2015-2017. Ao assumir o cargo, o dirigente, eleito no pleito realizado em novembro de 2014, fez questão de agradecer o apoio recebido da FNE e do Seageto e enfatizar a parceria entre essas entidades e a autarquia em prol das categorias abrangidas por elas. Ele reafirmou ainda seu compromisso com a ética e a transparência e por um conselho que “lute pela classe e pela qualidade do seu serviço”.

Na sequência, aconteceu a comemoração dos 25 anos do Seageto, completados em 7 de março último. No ensejo, foram homenageados os ex-presidentes da entidade Luiz Fernando de Paula Machado (1998-2004) e João Alberto Rodrigues Aragão (2004-2013). Foi feito ainda tributo póstumo a José Gustavo Rios Fayad, que foi diretor do sindicato e faleceu em 29 de setembro de 2014, vítima de uma parada cardíaca.

Necessidade de contribuir para enfrentar o cenário adverso na economia marcou solenidade que incluiu abertura do simpósio sobre tecnologia e sustentabilidade, comemoração dos 25 anos do Seageto e posse da diretoria do Crea-TO.

Atualmente à frente do sindicato, Antonio Ciro Bovo abriu os trabalhos do V Simpósio de Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, a terceira etapa da programação, destacando a importância da sua realização: “Esse simpósio abrange temas cruciais da atualidade, como industrialização. Não estamos produzindo ou exportando. Dar solução a isso cabe aos engenheiros, desenvolvendo novos processos e tecnologias.” E



Lideranças e autoridades prestigiam evento conjunto da FNE, Seageto e Crea-TO: participantes defendem união entre as entidades.

completou: “O cenário nacional é de crise, todos sofremos com isso e não podemos esmorecer, temos que buscar soluções.”

Propostas factíveis

Em seu pronunciamento e palestra inicial do simpósio, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, reforçou a necessidade de os engenheiros contribuírem para o desenvolvimento do País. Ele falou sobre o projeto criado pela FNE em 2006, que se tornou instrumento de mobilização da categoria em defesa da expansão econômica com distribuição de renda e de forma sustentável. “A ideia era que não bastava criticar, tínhamos que apresentar propostas. Assim, a federação, reunida com os sindicatos, lançou o “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, relatou.

Elaborado a partir de notas técnicas produzidas sobre os temas que a entidade considerava cruciais à retomada do crescimento (energia, saneamento, ciência e tecnologia, transporte de carga e urbano, comunicações e agricultura), o projeto foi debatido em inúmeros seminários, realizados nas cinco regiões do País, contando com a participação de milhares de profissionais. A consolidação dessa discussão deu origem a uma publicação que foi entregue aos candidatos a presidente da República nas eleições de 2006, inclusive Luiz Inácio Lula da Silva,

que seria reeleito naquele ano. “Após sua vitória, ele pediu que vários ministros tomassem conhecimento da proposta e a partir daí surgiu o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)”, afirmou Pinheiro.

Constantemente atualizado, o “Cresce Brasil” produziu novos documentos que também foram oferecidos aos candidatos a prefeito, governador e presidente nos pleitos seguintes. Em sua versão mais recente, de 2014, a iniciativa aponta os novos desafios identificados, focando na necessidade de fortalecer a indústria.

Olhando para o cenário atual, o presidente da FNE conclamou todos a se unirem em defesa do País. “O momento que vivemos é difícil, mas deve ser enfrentado com a engenharia unida e o exemplo aqui é muito forte”, afirmou. “Temos que apresentar propostas, não faraônicas, mas factíveis. É preciso que não tenhamos mais corrupção, precisamos ajudar o nosso país”, asseverou. “O Brasil é mais forte que tudo isso e temos que nos unir para construir o País que almejamos. Isso depende da força do Parlamento, do Executivo e de cada um de nós”, concluiu.

Também compuseram a mesa do evento o secretário estadual de Infraestrutura, Sérgio Leão, a deputada estadual Luana Ribeiro (PR), o vereador na cidade de Palmas Joaquim Maia (PV), o presidente do Instituto de Planejamento

Urbano de Palmas, Luiz Masaru Hayakawa, a presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Tocantins (CAU-TO), Joseisa Furtado, e o diretor de Tecnologia da Mútua – Caixa de Assistência, Ivan Salvador da Rocha.

Indústria e meio ambiente

Ao longo do dia seguinte, 26 de março, o V Simpósio teve sequência com as palestras “Industrialização e atual conjuntura econômica no Brasil”, pelo professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Marco Aurélio Cabral Pinto; “Industrialização no Tocantins – Perspectivas”, pelo gerente da Unidade de Defesa dos Interesses da Indústria da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (Fieto), José Roberto Fernandes; “Mapeamento e monitoramento do bioma cerrado: em busca de produtividade e sustentabilidade”, pela vice-coordenadora do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig) da Universidade Federal de Goiás (UFG); “Sustentabilidade no Cerrado”, pelo diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Naturatins e coordenador do Núcleo de Ensino Permanente da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins, Antonio Carlos Santiago; e “Saneamento e reúso das águas”, pelo consultor e ex-gerente de Projetos da Odebrecht Ambiental, Jeverson Luiz Azevedo Carlos.

Sob mote do combate à recessão, FNE inaugura debates sobre “Cresce Brasil” em 2015

Em pauta, crises hídrica e energética

Soraya Misleh*

Nos dias 12 e 13 de março, a federação realizou na sede do Seesp, na capital paulista, o seminário “Água e energia – Enfrentar a crise e buscar o desenvolvimento”. A atividade integra a próxima etapa do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE há mais de oito anos, o qual propugna por uma plataforma de desenvolvimento sustentável ao País. O mote agora é “Não à recessão”. Diante dos desafios colocados com as crises hídrica e energética, os dois setores terão prioridade. A iniciativa reuniu estudantes do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), profissionais da categoria e dirigentes dos Senes de Norte a Sul.

À abertura, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE, enfatizou a necessidade de se combater a recessão, mantendo a meta do desenvolvimento, “com

Atividade apontou necessidade de se manter investimentos públicos e privados para se evitar grave recuo na economia. Dificuldades setoriais também não devem brevar atividade produtiva.

geração de emprego e renda” (confira o discurso na íntegra em <http://goo.gl/6Wt87x>). A abertura contou com a participação do vereador por São Paulo José Police Neto (PSD), dos engenheiros Marcos Peres (especialista em energia elétrica), João Antonio del Nero (do Conselho Tecnológico do Seesp), João Carlos Gonçalves Bibbo (vice-presidente desse sindicato), João Sérgio Cordeiro (coordenador e docente em Saneamento e Gestão Ambiental na Universidade Federal de São Carlos – Ufscar e no Isitec) e Fernando Palmezan Neto (coordenador do projeto “Cresce Brasil”), além do economista e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Antonio Corrêa de Lacerda.

Abordando o tema “Evitar a recessão no Brasil”, esse último apresentou diag-



Abertura do evento marcou posição da FNE em defesa do desenvolvimento, conforme destacou Murilo Pinheiro (ao púlpito). À mesa, Palmezan, Cordeiro, Peres, Bibbo, Police Neto, del Nero e Lacerda.

nóstico da realidade nacional, a partir dos impactos da crise internacional. Assim, conforme sua palestra, tem havido crescimento econômico abaixo do potencial brasileiro nos últimos quatro anos, elevação de déficit das contas públicas, desindustrialização precoce e, sob a alegação do fantasma da inflação, incremento da taxa de juros (a real em torno de 5%) – “a maior do mundo”.

“O grande desafio”, como concluiu ele, “é separar os aspectos conjunturais e estruturais”. Nesse sentido, foi categórico: “O ajuste não pode se dar pela via recessiva. O crescimento é condição necessária para viabilizar o desenvolvimento e não podemos perder essa visão estratégica.” Para Lacerda, evitar a estagnação passa por financiar o investimento produtivo, fortalecer o papel do Estado, garantir taxas de juros mais equilibradas, elevar a massa salarial e a renda, bem como estabelecer estrutura institucional que estimule o setor privado ao investimento produtivo. Ao final, ressaltou a importância de se preservarem as liberdades democráticas para que se progrida.

Desafios e propostas

No dia 13, foram abordados os temas “Os desafios da crise hídrica” e “Energia para o desenvolvimento”. Sobre o primeiro, Newton Lima de Azevedo, governador pelo Brasil no Conselho Mundial da Água, relacionou alguns itens que considera

importantes para discutir e entender o “estresse hídrico” por que passa o País, como falta de planejamento integrado, má gestão, recursos insuficientes, não utilização de novas tecnologias e falta de conscientização. Ele contabiliza que, até 2033, o setor requererá investimentos anuais da ordem de R\$ 20 bilhões, públicos e privados. Também compuseram essa mesa João Alberto Viol, vice-presidente de Gestão e Assuntos Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), e João Sérgio Cordeiro.

Já sobre energia, o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa, enfatizou que tem havido diálogo com o governo federal na busca de soluções. “A expectativa é que se superem os problemas ainda em 2015, de modo que o ano seguinte seja de retomada.” Entre os desafios, reduzir o impacto do custo do insumo à produção, que resulta em perda de competitividade. Ele complementou: “A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE, um dos itens que compõem a tarifa) representa 33% desse custo para algumas empresas.”

O consultor e engenheiro Carlos Kirchner, representante da FNE na Frente de Defesa do Consumidor de Energia, lembrou que os reajustes devem chegar a 60%. Em alguns setores, segundo Kirchner, empresas cessaram sua produção para

revender energia, transformando, assim, o insumo essencial em capital especulativo.

Na opinião do ex-secretário de Energia do Estado de São Paulo e suplente de senador José Aníbal (PSDB-SP), é preciso um novo marco regulatório, institucional e econômico para o setor. Diretor de Economia da Energia e Meio Ambiente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Amílcar Guerreiro ressaltou: “Governo, sociedade e corporações têm que se articular para garantir segurança energética, modicidade tarifária, mais tecnologia e eficiência e bem-estar.”

Ele traçou um panorama do País, apontando o aumento da demanda por energia. O consumo em 2014 cresceu 3% e neste ano deve ser ainda maior. Além da expansão na geração, que até 2023 deve situar-se próxima de 200 mil MW/hora – “92% por fontes renováveis” –, caminho importante é garantir eficiência energética. “Vinte e quatro por cento do crescimento do consumo pode ser atendido dessa forma”, concluiu.

*Colaborou Rosângela Ribeiro Gil

Confira cobertura completa na internet

Matérias

<http://www.fne.org.br/noticia.html?id=2904>

<http://www.fne.org.br/noticia.html?id=2911>

<http://www.fne.org.br/noticia.html?id=2912>

Apresentações

<http://www.fne.org.br/apresentacoes-seminarios.html>

Íntegra do seminário em vídeo

<https://www.youtube.com/watch?v=bkLG1r75tI8>

<https://www.youtube.com/watch?v=gSEP93WBD8U>

https://www.youtube.com/watch?v=bdObR_w2nEY

<https://www.youtube.com/watch?v=NBAFg90-5Bc>

PI

Formada comissão contra fim da Agespisa

Engenheiros e funcionários da Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa), em assembleia no dia 3 de março último, manifestaram-se unanimemente contra proposta do governo estadual de reforma e transformação da companhia em autarquia. Segundo o presidente do Seng-PI, Antonio Florentino de Souza Filho, existe um projeto de lei aprovado em 2007 que cria o Instituto de Águas e Esgoto do Piauí e extingue a Agespisa. “O novo órgão terá cerca de 200 cargos comissionados e desestruturará todo sistema de saneamento”, afirmou. Também recorda

Ascom/Senge-PI



Comissão do sindicato em reunião com gestores da Agespisa: não ao fim da companhia.

que com a extinção da empresa todos os contratos firmados atualmente com os municípios deixariam de existir, permitindo que as localidades optassem por privatizar, municipalizar ou retomar o convênio com o Estado. “Aí está o grande risco dessa medida, pois se houver debandada dos municípios superavitários, o Estado vai gerir só os deficitários e não suportará manter o sistema. O resultado será a falência do saneamento no Piauí”, alertou. Hoje, há divergências entre membros da administração estadual quanto ao futuro da empresa. Enquanto o secretário de governo, Merlong Solano, afirma que a reforma é certa e que o projeto está prestes a ser enviado para votação na Assembleia Legislativa, o presidente do Instituto, Herbert Buenos Aires, garante que não há definição e admite a possibilidade de recuperar a empresa e mantê-la nas condições atuais.

MA

Em pauta, Gestão Metropolitana da Grande São Luís

Ocorreu audiência pública no dia 3 de março último, na Câmara Municipal de São Luís (MA), para debater a Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) e os mecanismos para implantação da sua gestão, assim como planejamento e execução das funções públicas de interesse comum. O Senge-MA, que desde 2008 fomenta a discussão em torno do tema através do projeto “Cresce Brasil + Engenheira + Desenvolvimento”, tem marcado presença



Joaquim Neto

José Antonio Viana Lopes, Rose Salles, Odinéa Ribeiro, a engenheira e militante do Senge, Madalena Bruzaca, e Berilo Macedo.

no debate através de Berilo Macedo e Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente e diretora do Senge, respectivamente. “Alguns entraves já foram superados para sua implantação e o momento é favorável pelo alinhamento político entre os governos do Estado e do município pólo”, frisa Macedo. Destacaram-se entre as autoridades presentes, a vereadora Rose Sales (PCdoB) e José Antônio Viana Lopes, secretário adjunto de Estado de Assuntos Metropolitanos.

AL

Criação do Senge Júnior

Objetivando aproximar o sindicato dos estudantes de engenharia, arquitetura e agronomia, o presidente do Senge-AL, Disneys Pinto, e seu vice-presidente, Ailton Pacheco, reuniram-se com representantes acadêmicos no dia 11 de fevereiro último. O objetivo foi planejar ações e projetos que sejam do interesse desses. Camila Amorim e Tarcisio Nunes Martins Dantas, alunos de engenharia de produção e mecânica, respectivamente, propuseram que sejam abordados aos futuros engenheiros temas, como associação e contribuição sindical, assistencial e associativa para discentes; direitos do estagiário; e inclusão social. “Temos interesse em implantar o sócio Senge Júnior, pelo qual o estudante terá direito a estagiar através de convênios entre o Senge, as instituições de ensino, as prefeituras, o Governo do Estado, o Sindicato das Indústrias da Construção do Estado do Alagoas e as empresas da área que precisam”, informou o presidente do Senge.

Andreza Araújo



A partir da esquerda, os estudantes José Pitta, Tarcisio Dantas e Camila Amorim, com Disneys Pinto e Ailton Pacheco, ambos do Senge-AL.

GO

Tertuliano reúne-se com acadêmicos

O presidente do Senge-GO, Gerson Tertuliano, reuniu-se com lideranças estudantis da Engenharia dispostas a gerirem o Senge Jovem. Para aproximar a academia e sindicato, Tertuliano colocou as principais demandas aos alunos, como aumento do número de filiados com a proposta de mostrar o que é o sistema sindical, benefícios, expansão do modelo para a FNE e possíveis parcerias com entidades. “O Senge Jovem é uma usina de ideias e precisamos de gente para trabalhar. Com o apoio e luta de vocês, daremos visibilidade ao projeto que é voltado para os estudantes,” disse. Animado, Luca Gontijo, aluno de engenharia civil da Universidade Estadual de Goiás (UEG), afirmou querer contribuir por se identifi-

car com o sistema profissional. Antônio Arcanjo e Felipe Passos, estudantes de engenharia mecânica e ambiental na mesma instituição, também contribuíram, com sugestões inovadoras e de capacitação para que o sindicato seja mais representativo.

Caroline Santana



Gerson Tertuliano (à direita) com os alunos Luca Gontijo, Felipe Passos e Antônio Arcanjo.

RS

Defesa das carreiras técnicas no Corpo de Bombeiros

Gerou inconformidade na categoria e no Senge-RS a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Estado 234/2015, do deputado estadual Enio Bacci (PDT), que quer tornar privativos dos bacharéis de Direito cargos de oficiais e comandantes do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul. Ela vai de encontro ao previsto na Lei Complementar nº 14.376 (Lei de Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndio), cuja formulação teve participação do sindicato e determina a necessidade de profissionais de várias formações da área técnica neste órgão, inclusive da Engenharia. A legislação está em fase de regulamentação, com auxílio do Conselho

Estadual de Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndio, no qual o Senge tem assento e é representado pelo membro do Conselho Técnico Consultivo, Alexandre Rava de Campos. Para o sindicato, é vital a discussão sobre o plano de carreira e defende que o processo seja realizado de forma responsável, livre de corporativismos e sob a ótica do interesse público. A entidade e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea-RS) farão ação conjunta para sensibilizar lideranças e parlamentares da Assembleia Legislativa gaúcha para rejeição da PEC e condução responsável do processo de criação de carreiras no Corpo de Bombeiros.

Escritor defende imprensa que mostre a vida dos trabalhadores, suas lutas, conquistas e até seus medos

Fanático pela comunicação sindical

Rosângela Ribeiro Gil

Como começou a sua história com a comunicação sindical?

Sempre estive envolvido com o trabalho coletivo. Queríamos mudar o mundo; no mínimo, a situação nas fábricas, no bairro, na cidade. Para isso, o essencial era comunicar nossas ideias para o maior número de pessoas. A comunicação era central: conversar, passar um panfleto, um livreto, uma foto que fosse. Sempre fui um fanático da comunicação.

No momento em que o País está envolvido em discussões políticas acirradas, qual o papel dessa comunicação?

A formação política do nosso povo está nas mãos da direita. Os grupos de comunicação Globo, Bandeirantes, Record e os demais estão nas mãos dos patrões. E, logicamente, defendem os seus interesses. Precisamos mudar a legislação brasileira sobre meios de comunicação. A imprensa sindical precisa ser regular para ser uma alternativa à manipulação da mídia empresarial e não deve se restringir ao mundo do trabalho. Para nós, do NPC, é central a difusão de valores humanitários que combatam o individualismo e estimulem a solidariedade, enfim os valores do socialismo.

A imprensa sindical tem lado, mas não pode ser chutada, chata ou mentirosa. Ao contrário, deve ser objetiva, cheia de dados, com números e fatos.

Como o senhor vê as novas ferramentas comunicacionais?

Temos que usar todas, de todo o arsenal da internet ao velho e sempre vivo jornal. Da conversa ao pé de

Aos 72 anos de idade, Vito Giannotti continua com o mesmo entusiasmo pela imprensa sindical. “Sou fanático pela comunicação dos trabalhadores”, afirma o ex-metalúrgico e escritor que chegou ao Brasil, em 1968, aos 25 anos, vindo da região da Toscana, na Itália. Para ele, esse sistema de informação não deve se restringir às questões laborais, mas também “refletir a cultura, a história, os valores, os desejos, os medos, as lutas, as derrotas e as conquistas das categorias”. Em entrevista ao **Engenheiro**, ele chama a atenção para o papel central desse meio como forma de se contrapor à manipulação da mídia empresarial. Recentemente, lançou o livro “Comunicação dos trabalhadores e hegemonia”, pelas editoras Fundação Perseu Abramo e Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). A obra oferece dicas práticas aos sindicatos e movimentos populares que desejam construir e aprimorar seus veículos de informação para que se tornem mais atrativos.

ouvido a uma bela revista ilustrada. Os sindicatos têm investido muito pouco na informação de massa. As novas ferramentas têm um alcance muito grande, por isso devem ser usadas para defender a saúde do trabalhador, denunciar as terceirizações e a precarização do trabalho, por exemplo. Os jornais gratuitos distribuídos nas saídas dos metrô e disputados pelos passageiros são exemplos de que o velho e bom jornal ainda está vivo.

Em seu livro “Comunicação dos trabalhadores e hegemonia”, o senhor fala sobre a importância da imprensa sindical para a transformação da sociedade, o mito da neutralidade dos meios de comunicação, entre outras reflexões.

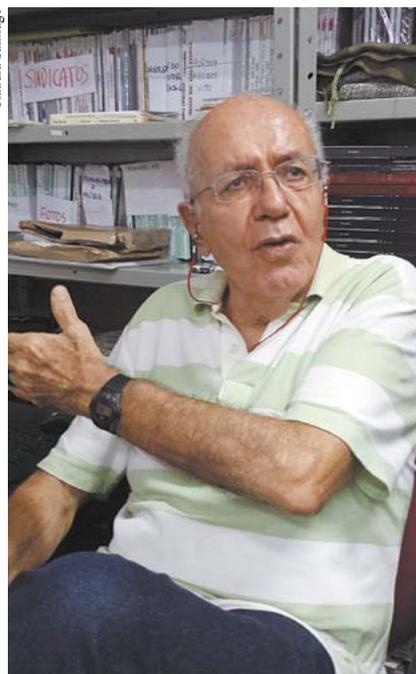
A imprensa sindical pode atingir milhares de profissionais e falar dos



problemas concretos da vida deles, mas, para isso, precisa de uma pauta que abranja toda a vida do trabalhador. A maior besteira é falar que a imprensa é neutra e imparcial. A sociedade, como está estruturada, permite que a mídia sustente o poder econômico do qual faz parte para continuar ganhando muito dinheiro. A outra mídia é a nossa. Ela tem lado e o declara. Mas nem por isso pode ser chutada, chata ou mentirosa. Ao contrário, deve ser objetiva, cheia de dados, com números e fatos. Temos lado sim, e o declaramos abertamente, mas com inteligência.

Que comparação o senhor faz entre a imprensa sindical de hoje e a do século passado?

As semelhanças e diferenças são muitas. A maior semelhança é o desejo de divulgar nossas ideias, mas as situações são muito diferentes. Hoje, avalio que, com todo o arsenal de que dispomos, ainda temos uma comunicação extremamente deficitária. Para mim, isso reflete a luta política que vivemos. A fraqueza da comunicação acompanha a fraqueza dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais e dos sindicatos.



Vito Giannotti: é preciso usar as mídias digitais e também o velho e bom jornal.

Brasil adota medidas contra a espionagem e submete anteprojeto de lei ao debate público

País tenta escapar à vigilância digital

Deborah Moreira

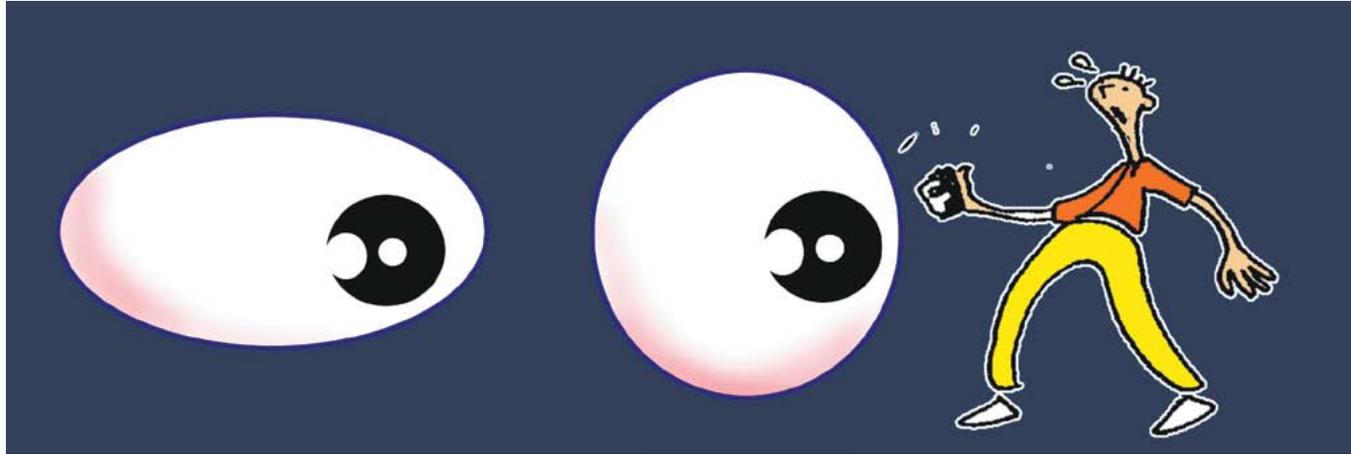
Desde quando vieram à tona as denúncias de Edward Snowden, ex-consultor da Agência Central de Inteligência (CIA) e da Agência Nacional de Segurança (NSA), dos EUA, em 2013, de que milhões de chamadas telefônicas e *e-mails* de brasileiros, incluindo a presidente da República, foram monitorados por esses órgãos, o governo passou a tomar medidas para tentar escapar à vigilância indevida.

Uma delas foi a adoção de um *e-mail* com criptografia criado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A ideia é fazer a codificação das mensagens para dificultar e restringir o número de pessoas que têm acesso a elas. Também devem ser adotados padrões de interoperabilidade, como a adoção de uma auditoria para todos os *softwares* utilizados na esfera governamental. Segundo Deivi Lopes Kuhn, coordenador estratégico de Comunicação do Serpro, as medidas de segurança são mais cruciais quando se usa *software* proprietário. Nesse caso, diz ele, “não é possível saber o que tem escondido dentro dele e aí pode haver *backdoor*, intencional ou não, utilizado para captura de informação”. Já o *software* livre, de código aberto, garante, torna mais fácil evitar as intrusões.

Também na mira de agências estatais e empresas privadas, o cidadão comum deve se precaver e lançar mão de e-mail criptografado, afirmam especialistas.

Kuhn, que integra o grupo de trabalho que estuda a padronização da auditoria no governo – assunto colocado em consulta pública que vai até maio (disponível em <http://tinyurl.com/o8ammq6>) –, acrescenta que é possível criar uma fiscalização padrão independente para todos os *softwares*, inclusive proprietários.

Também está em debate público, proposto pelo Ministério da Justiça, o anteprojeto



de lei para proteção de dados pessoais, que prevê que a coleta, o tratamento e a transferência desses tenham consentimento “livre, expresso, específico e informado do titular”. A discussão está aberta até 30 de abril em uma plataforma na internet (<http://participacao.mj.gov.br/dadospessoais/>), na qual qualquer cidadão pode fazer sugestões e críticas. A iniciativa retoma o esforço feito em 2010, quando foi lançada uma primeira versão do anteprojeto que acabou não seguindo adiante.

Bisbilhotagem geral

Em um mundo cada vez mais conectado em redes digitais, incluindo bancos de dados públicos, todos passaram a gerar cada vez mais informação por *e-mails* e publicações nas redes sociais, *blogs* e *sites*. De acordo com a *Cisco Visual Networking Index Global Mobile Data Traffic*, de 2014 a 2019, só o tráfego global de dados móveis será multiplicado quase por dez, passando de 30 exabytes (ou 30 bilhões gigabytes) para 292 exabytes, ao ano.

“O aumento de dados é a tendência da internet e sociedades conectadas”, avalia o sociólogo Sérgio Amadeu, professor da Universidade Federal do ABC e especialista em cibercultura. Em 1990, as unidades de medida eram bit e bytes. Hoje, são megabytes e gigabytes. Daqui por diante serão terabytes, petabyte, exabyte, zettabyte, Yottabytes etc. “Estamos falando em 1 zettabyte, que equi-

vale a 1 trilhão de gigabytes, que significa 1 bilhão de DVDs assistidos por dia, durante um ano inteiro”, mensurou Amadeu, durante o “Seminário Marco Civil da Internet: neutralidade e proteção de dados pessoais”, promovido pela Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, nos dias 17 e 18 de março, em São Paulo (SP).

Para o professor, governos e empresas devem se preocupar mais com a segurança de seus dados. Porém, faz um alerta: o cidadão comum deve estar consciente de que também ele está se tornando alvo das agências de inteligência, que vêm investindo fortemente na espionagem de pessoas comuns. Em uma aula pública dada em 2013 (disponível no link <http://goo.gl/rMZGH3>), Sergio Amadeu conta como corporações, como a *Microsoft*, coletam dados dos usuários com seu consentimento, ainda que não plenamente consciente, e repassam às agências. Grandes empresas da internet e especialistas na compra e venda dessas informações constituem o chamado mercado de “*big data*”.

Danilo Doneda, coordenador-geral de estudos e monitoramento de mercado do Ministério da Justiça, também presente no evento, alertou para a falta de conhecimento das pessoas sobre o armazenamento de dados. “Quem detém essas informações, tem o poder de prever condutas, de classificar (*o cidadão*) dentro de etiquetas, de criar segmentações e discriminações sociais, que vão condicionar suas possibilidades e condutas

futuras. Isso gera uma assimetria informacional”, adverte. “Na nossa proposta encampou-se o entendimento de que o indivíduo deve ter todos os instrumentos para tentar corrigir esses problemas”, acrescenta, referindo-se ao mecanismo do consentimento, que deve ser específico, claro e transparente.

Para Katitzia Rodriguez, da *Electronic Frontier Foundation*, dos EUA, a invasão de privacidade maciça das corporações aumenta também a praticada pelo Estado. “Há uma retroalimentação da vigilância privada e estatal. O modelo de negócios incentiva os governos a nos espionarem.” Na sua opinião, é importante disseminar ferramentas como a criptografia para minimizar o efeito desse fenômeno. Uma alternativa é adotar serviços de *e-mail* que não guardam dados e usam criptografia, como Riseup.net.

Um das alternativas de proteção em debate e prevista no anteprojeto brasileiro é a criação de uma autoridade para tanto. Atualmente, 101 países possuem leis gerais sobre esse tema e 90% deles dispõem de um órgão responsável pelo recebimento de denúncias e fiscalização da aplicação da lei. Na Espanha, por exemplo, desde 1993 existe a Agência Espanhola de Proteção de Dados (AEPD). Independente do poder público, ela impõe “sanções às empresas privadas e requerimentos a órgãos públicos para que sejam aplicadas adequadamente as normas de proteção de dados”, como atesta o engenheiro Luis Antonio Carrasco, da AEPD.